

Pronunciamento na Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico,

Palácio Do Planalto, junho 12, 1987

Senhor Presidente,

Senhores Ministros, Membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico,

A decisão do Presidente José Sarney de congelar todos os preços por um prazo máximo de 90 dias e estabelecer normas decisivas visando unificar os orçamentos públicos, dar maior independência ao Banco Central, e dificultar de todas as formas o aumento do déficit público e a emissão inflacionária de moeda — esse conjunto de medidas ficará na História deste País.

A necessidade de um novo congelamento estava muito clara para mim desde o dia 29 de abril, quando assumi o Ministério da Fazenda.

Sabia que teria que fazer o congelamento com a maior brevidade possível, ainda que as condições ideais para um congelamento pudessem não estar todas presentes.

A aceleração brutal da inflação, após novembro de 1986, causada pelo excesso de demanda e pelo total desequilíbrio de preços relativos, assumiu imediatamente caráter inercial. O componente acelerador era a necessidade de recompor ou realinhar os preços relativos. O fator mantenedor ou inercial surgia imediatamente quando todos os preços e salários passavam a ser automaticamente corrigidos em função da inflação passada.

Ocorre a inflação inercial quando, restabelecido um determinado patamar de inflação — por exemplo 20% ao mês — todos passam a repassar automaticamente e alternadamente o correspondente aumento de custos para os preços. Por exemplo, se só existissem três pessoas na economia, que fazem negócios entre si — João, Antônio e Maria —, João aumenta seus preços no dia 1º do mês; Antônio vendo aumentar seus custos, aumenta no dia 10 e Maria no dia 20 em 20%. No dia 1º do mês chega novamente a vez de João aumentar seus preços. E assim a inflação se perpetua, inercialmente.

E esse tipo de inflação só pode ser eliminado através do congelamento. Foi o que fizemos no Plano Cruzado. E o que estamos fazendo novamente hoje.

Vamos novamente necessitar do apoio de toda a sociedade, dos trabalhadores, dos empresários, das donas de casa, para que este plano de um novo Cruzado seja bem sucedido.

Neste plano incorporamos todos os acertos do Plano Cruzado e procuramos evitar todos os defeitos. Este plano de um novo Cruzado está dividido em três fases:

- a) uma fase curta de congelamento total;
- b) uma fase de flexibilidade de preços acompanhados pela liberalização dos preços competitivos;
- e) uma fase de preços livres.

Nossos principais objetivos foram:

- 1) eliminar a inflação inercial, sem pretender que a inflação seja zero — basta que seja muito pequena;
- 2) garantir o salário médio real dos trabalhadores;
- 3) estabelecer mecanismos de saída do congelamento dentro de um prazo muito curto — no máximo 90 dias — a partir da verificação de que certos setores muito competitivos da economia, constituídos por um grande número de empresas, só são congeláveis por um curto período;
- 4) estabelecer, na véspera do congelamento, uma série de correções prévias de preços básicos da economia, que estão estruturalmente atrasados, como a energia elétrica, o aço e o petróleo;
- 5) garantir flexibilidade dos preços relativos no futuro sem com isso ferir o princípio do congelamento;
- 6) tornar o congelamento o mais neutro possível do ponto de vista distributivo, não permitindo que ninguém ganhe ou perca muito em consequência dele;
- 7) manter a correção monetária ou indexação dos salários, dos preços, e dos contratos em geral, inclusive, no sistema financeiro.

A eliminação da indexação foi um dos equívocos do Plano Cruzado. Pensava-se que para terminar a inflação inercial era necessário suspender a indexação, quando na verdade o que é preciso é congelar os preços, fazer um corte na ciranda de aumentos de preços. Reduzida a inflação para próxima de zero, a indexação de zero é zero, a indexação de 1% ao mês é 1%, a indexação de 2% ao mês é apenas 2%.

Por outro lado, mantendo-se a indexação dos ativos financeiros, principalmente da caderneta de poupança, que continua absolutamente garantida, não há o perigo de se repetir o que ocorreu com o Cruzado — uma enorme corrida para ativos reais não financeiros: para ações, imóveis e estoques.

Neste plano de um novo Cruzado os salários estão inteiramente protegidos. Uma nova fórmula de correção dos salários, que também servirá como teto para o aumento de preços, substitui com vantagem para os trabalhadores o gatilho.

Segundo a nova fórmula de correção, consubstanciada na Unidade de Referência de Preços — URP — os reajustes salariais serão mensais. A cada três meses os trabalhadores terão uma mesma taxa de reajuste salarial mensal correspondente à média da elevação do IPC, ou seja, do custo de vida do último trimestre. Assim, se a inflação estiver se acelerando, se for 1, 2 a 3% nos três primeiros meses, no trimestre seguinte os trabalhadores terão a média, ou seja, 2% de reajuste salarial cada mês. Por outro lado, se a inflação declinar de 3 para 2, e de 2 para 1 em um trimestre, no trimestre seguinte os reajustes de salários serão também pela média, ou seja, os trabalhadores terão 2% de reajuste nos três meses seguintes.

Para os preços das mercadorias essa regra de reajuste será um teto. Os preços não poderão aumentar mais do que os salários. As alterações de preços e salários serão exatamente iguais.

Fica assegurado aos trabalhadores o último gatilho a ser pago no final do mês de junho, embora os preços tenham sido congelados 18 dias antes, no dia 12. Além disso fica assegurado a todos os trabalhadores, de acordo com a data-base da categoria, o resíduo do gatilho, aquela parte da inflação que superou os 20% máximos dos reajustes. Esse resíduo será pago em seis vezes a partir da flexibilização dos preços.

Com o gatilho os trabalhadores precisariam esperar durante muitos meses até que a inflação chegasse a 20%. Com o novo sistema de correção defasada e mensal os trabalhadores terão seus salários imediatamente ajustados. E na data-base terão ampla liberdade para negociar seus salários.

Para os empresários a notícia fundamental é a de que, já a partir da próxima semana os juros baixarão de forma radical. Não permitiremos taxas de juros negativas para evitar a especulação com mercadorias, estoques e outras formas de riqueza, mas elas serão muitíssimo mais baixas em termos nominais em comparação aos níveis insuportáveis dos últimos meses. E eram os juros nominais altíssimos, quando os preços de uma grande parte das empresas, especialmente das pequenas, não acompanhavam a taxa média de inflação que está provocando uma enorme crise financeira no país.

Não basta entretanto que este plano de um novo Cruzado seja tecnicamente bem feito, que proteja os trabalhadores e evite a especulação. Não basta que tenhamos agora um plano mais flexível, com regras de descongelamento claras. É preciso que

em seguida possamos realizar a administração macroeconômica da economia de forma competente e firme. É preciso que sejamos capazes de reduzir o déficit público e controlar a emissão de moeda.

Para isso o plano de controle macroeconômico que estou elaborando — e que deverá ficar pronto até o final deste mês — é um instrumento essencial. Neste plano estabeleceremos metas de crescimento econômico e de superávit comercial, mas estabeleceremos também metas de redução do déficit público e de controle da oferta de moeda.

Para atingir essas metas necessitaremos de medidas muitas vezes duras, que implicam em sacrifícios. A eliminação do subsídio do trigo, a elevação real do preço das tarifas públicas, mais uma desvalorização real do Cruzado, são medidas dessa natureza.

Precisaremos, entretanto, de novos instrumentos legais que dificultem a realização de despesas públicas financiadas pela emissão de moeda, e de um Banco Central mais independente. A Assembléia Nacional Constituinte já está caminhando nesta direção, mas é preciso tomar medidas preparatórias urgentes.

Estas medidas visando o controle do déficit público estão sendo hoje tomadas pelo Presidente José Sarney através de uma série de outros decretos. Nesses decretos fica decidido:

- 1) a unificação do Orçamento da União, com a inclusão do Orçamento Monetário, que até hoje está fora do controle do Congresso Nacional;
- 2) a proibição de o Banco Central fornecer recursos para crédito subsidiado;
- 3) limitação da colocação de títulos federais para exclusivamente cobrir déficit previsto no Orçamento, no limite autorizado pelo Congresso Nacional;
- 4) criação da Comissão de Coordenação Financeira, no Ministério da Fazenda, para servir de freio a quaisquer propostas que importem em aumento do déficit público e na emissão de moeda;
- 5) retirada das funções de fomento do Banco Central, para que ele possa dedicar-se precipuamente e com autonomia à política monetária.

Trabalhadores, empresários, profissionais liberais, donas de casa, estudantes, repito que hoje o Brasil vive um momento histórico. No ano passado depositamos as nossas esperanças no Plano Cruzado e afinal a inflação e a crise voltara. Mas todos aprendemos. E desta vez, com firmeza e decisão, todos unidos em uma mesma tarefa, tenho absoluta certeza de que seremos bem sucedidos.

O Brasil é um grande país. Temos todas as condições de alcançar taxas elevadas de desenvolvimento com taxas de inflação baixas. A inflação não é uma sina do povo brasileiro. É uma distorção econômica que nós já sabemos como vencer.

Para isto precisamos controlar os especuladores, precisamos vigiar os preços congelados e depois continuar a vigiar os preços flexibilizados. Mas precisamos também respeitar as leis de mercado. Precisamos reduzir o déficit público. Precisamos controlar a emissão de moeda firmemente. Precisamos manter uma taxa de câmbio realista, que estimule a exportação e a produção. Precisamos de lucros modestos mas reais que estimulem os empresários e agricultores a investir e a aumentar a produtividade. Precisamos de salários que aumentem em termos reais com o aumento da produtividade.

Tudo isto é possível. O povo brasileiro — os trabalhadores, os empresários, as donas de casa — já têm uma maturidade suficiente para recusar as soluções mágicas, para duvidar das promessas populistas, e para aceitar a realidade como ela é. O plano de um novo Cruzado que agora apresentamos à Nação será realista, exigirá sacrifícios, mas tenho certeza que, com o apoio de todos, será bem sucedido. Controlará a inflação e evitará a recessão.

Muito obrigado!